

# Índios poderão obter concessão florestal

Objetivo é coibir o comércio clandestino de madeira e apoiar a economia das aldeias

Doca de Oliveira  
de Brasília

O governo federal, a Fundação Nacional de Proteção ao Índio (Funai) e as principais lideranças indígenas brasileiras retomaram os entendimentos para levar às aldeias da região amazônica o conceito do desenvolvimento sustentável. A idéia é criar alternativas que tornem as comunidades indígenas economicamente produtivas e financeiramente independentes do estado. Já se cogita, além de um maior esforço pela modernização da Funai e reformulação do Estatuto do Índio, cujo projeto de modernização vem sendo discutido no Congresso Nacional, de experimentar a concessão florestal nas aldeias indígenas.

“O governo reconhece que houve uma mudança na condição social do índio, que tem novas demandas, precisa de outros meios de sobrevivência e maior poder sobre o seu patrimônio”, disse a este jornal o chefe do departamento de fiscalização do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Manoel Magalhães. “Esse é um anseio da comunidade, que está aberta à troca de idéias”, acrescentou o chefe do departamento de Patrimônio Indígena da Funai, Antônio Pereira Neto.

A Funai e o Ibama já trabalham em um projeto piloto de exploração madeireira que será implementado na terra indígena Xikrin do Cateté, no município de Marabá, estado do Pará. Os estudos de viabilidade econômica já foram concluídos e o Ibama marcou vitória para o próximo dia 21. “O desafio agora é viabilizar o manejo”, adiantou Neto. A aldeia tem 300 mil hectares de extensão, mas

ainda falta definir o plano de manejo, os parceiros, os critérios para exploração e os volumes a serem comercializados. “Estamos tratando este assunto com muita cautela, pois não é nossa intenção dar margem a abusos e estimular grandes desmatamentos”, acrescentou o diretor do Ibama.

Além da exploração de madeira, a Funai estuda a possibilidade de introduzir parcerias agrícolas e pecuárias, com um conceito diferente do que já foi feito no passado. Se antes o índio era um simples peão de fazendas do órgão, passará a ser, neste momento, parceiro e co-gestor da produção. A entidade,

contudo, ainda não tem uma proposta fechada. “Vamos continuar essas conversas, mas antes de fechar uma posição é preciso esperar pelo novo presidente, saber o que ele pensa”, comentou Neto.

Mais que promover a independência do estado, cujos recursos não são suficientes para estimular o desenvolvimento das aldeias – para ter-se uma idéia, neste ano a Funai dispõe de ape-

## A Funai estuda a possibilidade de fazer parcerias agrícolas e pecuárias sob um conceito inovador

nas R\$ 8 milhões para custear atividades produtivas, dinheiro que tem de ser dividido entre os 325 mil índios que ainda vivem no País – o governo está procurando um jeito de conter o avanço das madeiras também nas reservas indígenas. Numa região em que a lei é aviltada pelos interesses econômicos, cresce o número de denúncias de exploração ilegal de madeira nas reservas, seja através do roubo puro e simples, ou da exploração ilegal.

É um problema com duas vertentes. De um lado, estão as conhecidas dificuldades de fiscalização, tanto do Ibama quanto da própria Funai, que não conse-

guem varrer as extensas áreas das reservas. O Ibama, por exemplo, embora tenha tecnologia, não tem autonomia para atuar: precisa de autorização da Funai para realizar uma vistoria em qualquer das aldeias indígenas brasileiras.

Já a Funai não tem infra-estrutura para controlar as 517 reservas espalhadas pelo país. “Neste momento estamos fiscalizando apenas 40 delas”, confessa Antônio Pereira Neto. O órgão está procurando mecanismos que não apenas coibam, mas principalmente, dificultem a entrada das madeiras. “Nossa idéia é promover a total ocupação das reservas”, adiantou.

Do outro lado está a ousadia das madeiras, que vêm implementando planos de manejo ao redor das reservas para, discretamente, explorar extensões proibidas. “Tem muito índio que ou vende madeira ilegalmente, ou vira as costas para os exploradores”, disse Magalhães. A conivência do povo indígena à entrada das madeiras é encarada de frente pela Funai. “Isso sempre aconteceu. É preciso tornar a reserva um bem economicamente importante. Quando isso acontecer o próprio índio vai fiscalizar a exploração dos bens naturais no seu espaço”, afirmou Neto.

9m  
11/8/97  
A-10